

editorial
editorial

entrevista
interview

artigos submetidos
submitted papers

tapete
carpet

artigo nomads
nomads paper

projeto
project

expediente
credits

próxima v!rus
next v!rus

V!18

issn 2175-974x | ano 2019 year

semestre 01 semester



mutirão como ferramenta política: agricultura urbana e cidadania

andré biazoti

joint work as a political tool: urban agriculture and citizenship

PT | EN

André Ruoppolo Biazoti é Bacharel em Gestão Ambiental. Pesquisador do Programa Interunidades de Pós-Graduação em Ecologia Aplicada, da Universidade de São Paulo. Membro da Articulação Paulista de Agroecologia e do Movimento Urbano de Agroecologia (MUDA_SP). Membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável de São Paulo (CDRSS) e da União de Hortas Comunitárias de São Paulo.

Como citar esse texto: BIAZOTI, A. R. Mutirão como ferramenta política: agricultura urbana e cidadania. **VIRUS**, São Carlos, n. 18, 2019. [online] Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus18/?sec=4&item=7&lang=pt>>. Acesso em: 08 Jul. 2019.

ARTIGO SUBMETIDO EM 28 DE AGOSTO DE 2018

Resumo

São Paulo vive um rico momento de criação e descoberta de hortas comunitárias dispersas por toda a cidade, cuidadas por pessoas, coletivos e grupos sociais interessados na produção urbana de comida. Essas hortas são estruturadas por meio de mutirões periódicos de trabalho coletivo que impulsionam não apenas a produção de alimentos para o autoconsumo, mas práticas comunitárias de gestão compartilhada de espaços públicos, fomentando a construção de comunidades e a produção do comum enquanto um princípio político de autogoverno. Neste artigo, serão analisadas as práticas de mutirão estabelecidas em algumas hortas comunitárias da cidade de São Paulo, integrantes da recém criada União de Hortas Comunitárias de São Paulo. O mutirão é observado enquanto prática que possui em si um caráter político e insurgente que constrói laços de confiança e reciprocidade, possibilita o diálogo e a construção de utopias de uma cidade em que se deseja viver e permite a articulação local de recursos e estratégias para o enfrentamento da apropriação privada e pública de territórios da cidade. Dessa forma, o presente artigo dialoga diretamente com a temática de intervenções urbanas, gestão pública e participação comunitária visando, principalmente, a criação insurgente de processos decisórios de gestão participativa.

Palavras-Chave: Agricultura urbana, Cidadania, Participação comunitária

1 Introdução: a agricultura na cidade como prática de resistência

A agricultura, em São Paulo, sempre foi uma prática resistente e subversiva, frente ao desenvolvimento urbano acelerado, fazendo-se presente em terrenos baldios, praças abandonadas e barrancos junto a moradias precárias, desde o início do processo intenso de urbanização (MORSE, 1954). De um entreposto rural à maior metrópole da América Latina, a agricultura perdeu sua importância ao longo do desenvolvimento

da cidade industrial, e foi continuamente relegada à invisibilidade, como algo que não condizia com a modernidade propagada pelos entusiastas da urbanização, um resquício primitivo em vias de extinção na cidade. A agricultura serviria para o abastecimento da cidade, em um processo de exploração do campo pela cidade, desestruturando as relações não capitalistas camponesas existentes, e inserindo-as dentro da lógica capitalista de produção. A estrutura agrária brasileira, latifundiária e concentrada, baseada na monocultura, permaneceu e, em certa medida, intensificou-se, enquanto a população do campo foi integrada ao mercado industrial, seja emigrando para a cidade, ou permanecendo no campo de forma marginalizada (SINGER, 2017).

De um excedente alimentar da produção do campo, a cidade passa a concentrar boa parte da comercialização, processamento e redistribuição alimentar. A urbanização, dessa forma, avança sobre as zonas rurais, impondo o modo de produção capitalista e as relações de trabalho urbanas, de forma que, em certos lugares, é capaz de se duvidar das distinções entre o que é urbano e o que é rural (SINGER, 2017). A partir da industrialização, a cidade passa a oferecer produtos às populações rurais, o que aperfeiçoa os modos de exploração do campo já existentes desde o período colonial (SINGER, 2017).

A agricultura sempre esteve presente ao longo da história da cidade, seja com fins de abastecimento de alimentos, ou para o autoconsumo de cidadãos buscando sua subsistência na cidade. A imigração cumpriu um papel importante no estabelecimento de colônias agrícolas, destacando-se a japonesa (em Itaquera e em municípios da atual Região Metropolitana de São Paulo), a alemã (no distrito de Santo Amaro e Parelheiros), e a portuguesa (nas zonas Leste e Norte, principalmente). O município de São Paulo chegou a ser um forte polo comercial de pêssego e de batatas até meados de 1945, quando recebeu uma nova onda migratória, principalmente de nordestinos, para desenvolver a indústria e o setor de serviços e estabelecer-se como um exército industrial de reserva, expandindo a cidade rumo às periferias e consolidando a transição de uma economia rural para a urbana.

São Paulo estruturou ao seu redor um cinturão verde, que visava garantir a produção de alimentos para a cidade e o abastecimento para a crescente população atraída pela industrialização e pelos fluxos migratórios, ao longo do século XX. Muitos desses núcleos agrícolas, como, por exemplo, a região de Itaquera, foram sendo incorporados pela cidade ao longo do seu crescimento horizontal, expulsando agricultores pelo avanço da especulação imobiliária e crescimento dos preços das terras, pela restrição das áreas destinadas à agricultura, pela poluição industrial que contaminava a produção e pela desestruturação das comunidades agrícolas com a chegada de novos habitantes na região (LEMOS; FRANÇA, 1999). Apenas a região Sul do município reservou certo isolamento da expansão urbana, devido às áreas de conservação ambiental criadas no território, buscando justamente preservar as áreas de recarga dos mananciais existentes e conter a expansão urbana, assumindo características rurais até os dias atuais.

Mesmo assim, as práticas agrícolas foram e continuam sendo constantemente distanciadas do centro da cidade, em direção às periferias ou embrenhadas invisivelmente em meio ao concreto urbano, em um duplo movimento de intensificação das práticas (para alimentar uma população crescente) e de sua desestruturação (com a expansão horizontal da cidade e com as novas dinâmicas de uso do solo). A partir dos anos 2000, hortas comunitárias foram sendo criadas pela população nas regiões mais centrais da cidade, instaurando processos de articulação social e política que dialogam com a temática de participação comunitária e colaboração, e promovendo intervenções urbanas que impactam diretamente a gestão pública.

2 Hortas comunitárias de São Paulo: um recorte de análise

A agricultura, em São Paulo, é caracterizada por vários tipos, como agricultura familiar, pequenas empresas agrícolas, fazendas e hortas urbanas, hortas comunitárias, hortas institucionais, quintais produtivos e produção pecuária. Esta diversidade representa, em certa medida, as diferentes formas de relações com a natureza, e de apropriação e produção do território urbano pelos cidadãos. Ela demonstra projetos de cidade em disputa, que ora se alinham e ora se confrontam diretamente com o que a urbanista Raquel Rolnik chamou de *poder urbano* - "um conjunto de mecanismos econômicos, ideológicos e políticos que funciona no cotidiano da cidade para reprimir ou transformar tudo que se diferencia da 'ordem' social" (ROLNIK, 1994, p. 98) -, definida enquanto modelo criado pelas classes dominantes para garantir uma homogeneidade social. Seja realizada para garantia da sobrevivência, como uma agricultura de subsistência, para geração de trabalho e renda e garantia de segurança alimentar e nutricional; ou para construir uma sustentabilidade urbana, onde a ocupação de espaços públicos, o ativismo alimentar, a luta pela transformação do sistema alimentar pela agroecologia e o trabalho pedagógico de aproximação entre consumidores e produtores assumem papéis mais centrais, a agricultura urbana em São Paulo envolve um número crescente de sujeitos de classes sociais distintas.

Sem o intuito de aprofundar a discussão acerca dessas diferenciações, é preciso apenas uma superficial distinção para poder abordar criticamente tais experiências e dar clareza ao foco proposto neste trabalho. As

hortas comunitárias podem ser superficialmente caracterizadas a partir da classe social promotora da prática, sua luta pela ampliação da cidadania e sua localização espacial na cidade. Hortas comunitárias em regiões de maior vulnerabilidade social, como em periferias, tendem a ter motivações diretamente relacionadas com a reprodução da vida, como geração de renda, desconto no orçamento alimentar, subsistência, e até como resistência frente às dinâmicas urbanas no território. Suas formas de organização se baseiam na luta dos povos marginalizados pelas dinâmicas urbanas por uma cidadania plena, que contemple suas formas de vida, garanta o acesso a serviços básicos, possibilite a participação política na gestão do território e garanta a dignidade humana. Esses grupos se engajam em uma agricultura de subsistência que possibilita, graças à sua exploração, a redução dos custos de manutenção da força de trabalho, reforçando, em muitos casos, a exploração que esses grupos já sofrem (OLIVEIRA, 2003). Mesmo assim, tais práticas estão intimamente imbricadas com a identidade dessas populações periféricas e com sua resistência frente à marginalização e abandono pelo Estado.

Em contraposição, as experiências mais centrais e vinculadas à União de Hortas Comunitárias de São Paulo são organizadas por sujeitos de classe média, motivados pelo desejo por uma alimentação mais saudável, pela ocupação qualificada de espaços públicos e pela construção de comunidades em meio ao abandono individualista da cidade. Para esses grupos, a produção alimentar é secundária, e outras motivações passam a ser mais expressivas, como a criação de vínculos sociais, a educação ambiental e a articulação política. As formas de organização já não emanam da luta por uma cidadania desigual, mas da luta por uma cidadania ativa relacionada à democracia participativa, ao reconhecimento da agricultura enquanto prática social existente na cidade e promotora da sustentabilidade urbana, e à construção de políticas públicas a partir das experiências.

Apesar de social e espacialmente diversos, ambos grupos sociais se conectam e interagem em encontros e mutirões, na construção da cidade em que se quer viver não a partir de um projeto, mas de uma práxis que se constitui em ato (MACHINI, 2018). Os diferentes grupos sociais se reconhecem em suas práticas como socialmente diversos, mas orientados sob uma mesma perspectiva de desenvolvimento da agricultura urbana, possibilitando a ajuda mútua e a solidariedade entre eles em diversos momentos de encontro, seja para a troca de experiências e insumos, para a criação de arranjos de produção e consumo de hortaliças baseados na economia solidária, ou para a discussão sobre políticas públicas necessárias para o desenvolvimento das práticas no território.

De particular interesse, serão analisadas aqui as experiências de hortas comunitárias da região do Centro expandido de São Paulo, principalmente aquelas relacionadas ao grupo Hortelões Urbanos e vinculadas à União de Hortas Comunitárias de São Paulo, tendo em vista seu caráter de inovação social e o envolvimento direto dos sujeitos dessas práticas na construção de políticas públicas (NEMOTO; BIAZOTI, 2017). Consideraremos aqui as hortas com características comunitárias, cuja organização seja coletivizada, por meio de associações, cooperativas ou autogestionadas por um grupo específico de pessoas de uma comunidade, onde a produção tem como motivação o autoconsumo, o ativismo, a ocupação de espaços públicos, a segurança alimentar e nutricional, o estabelecimento e construção de comunidade, podendo incluir uma venda ocasional dos produtos. De acordo com a própria conceituação da União de Hortas Comunitárias de São Paulo, onde o próprio pesquisador desenvolve trabalhos de campo e observação, as hortas comunitárias são aquelas que não usam insumos químicos e venenos, e cultivam com base nos princípios agroecológicos e permaculturais, respeitando a natureza. Também realizam, de forma coletiva, colaborativa e inclusiva, o uso do espaço, o trabalho, a colheita e a gestão, assim como promovem atividades de educação ambiental gratuitas e abertas ao público e compartilham a colheita livremente entre voluntários e com a comunidade de entorno.

As hortas comunitárias têm, em sua maioria, menos de 0,5 ha e possuem produção variada, com preponderância de culturas temporárias, como verduras e legumes, plantas alimentícias não convencionais, ervas medicinais, assim como frutas e plantas ornamentais. Sua gestão se dá de forma coletiva e, na maioria das vezes, comunitária, baseada na autogestão do próprio grupo nas decisões sobre o plantio, sua manutenção e a colheita. Muitas hortas comunitárias baseiam sua produção no autoconsumo e na promoção de benefícios que vão além do alimento em si, como o fortalecimento de vínculos comunitários, a aproximação de consumidores e produtores, o desenvolvimento de atividades pedagógicas, a produção de ambientes verdes e saudáveis e a cooperação política.

A própria categoria de hortas comunitárias é vasta e compreende uma série de iniciativas que diferem entre si. Tais diferenças se dão de acordo com variáveis sociais, ambientais, econômicas e culturais, que definem diferentes formas de gestão e de apropriação do espaço. As motivações dos participantes também diferem de acordo com diversos fatores, como localização da horta, classe social, formas de acesso à horta, acesso a serviços básicos e interesses políticos e sociais.

Em 2011, foi criado um grupo público no Facebook, denominado Hortelões Urbanos, com o objetivo de reunir pessoas interessadas em trocar experiências pessoais com o plantio de alimentos orgânicos, e também com o objetivo de inspirar a formação de hortas comunitárias. Embora Hortelões Urbanos não seja caracterizado como um movimento ou associação política, os integrantes do grupo trabalham ativamente em hortas comunitárias e iniciativas relacionadas, tornando-se, em alguns anos, uma rede de compartilhamento e troca de informações. Portanto, a partir das discussões das redes sociais, alguns membros do Hortelões Urbanos tomaram a iniciativa de promover encontros e discutir estratégias e ações de ocupação do espaço público para criar hortas comunitárias (NAGIB, 2016).

Boa parte dessas hortas possui características em comum entre si, que lhe dão um perfil que difere das demais hortas do município. As atividades realizadas são organizadas por meio de grupos de Facebook e de WhatsApp específicos, onde são decididos os dias de trabalho conjunto, as atividades a serem realizadas, a divisão de tarefas e a resolução de problemas. É também nessas redes sociais que é feita a divulgação dos mutirões de trabalho e das ações realizadas na horta, a troca de conhecimentos e informações sobre agricultura urbana em geral e a interação entre os voluntários. As decisões não se restringem apenas à comunicação virtual, mas são também pactuadas e consensuadas em diálogos que ocorrem nos encontros na horta. Não há assembleias para decisão, mas é exercitado o consenso entre os voluntários, havendo lideranças com maior peso de decisão no núcleo dos voluntários. Há uma tarefa específica de coordenação das atividades que não é realizada por uma pessoa específica, mas é feito um rodízio de forma auto organizada pelos voluntários ou de forma natural que possibilita a realização das ações de forma compartilhada.

Todas as hortas realizam mutirões periódicos de trabalho conjunto para manutenção dos canteiros, que incluem retirada de matos, feitura de canteiros, tratamentos culturais, adubação, plantio, podas, tratamento com defensivos naturais e colheita. O mutirão é, em muitos casos, o único momento de encontro presente entre os voluntários e, de fato, é o principal espaço onde ocorrem as trocas, os afetos, o exercício político e o trabalho comunitário. Ele é a porta de acesso às demais ações ocorridas na horta, e é por meio do trabalho conjunto que se dá o envolvimento mais profundo dos voluntários entre si, e deles com as hortas. Todo o trabalho realizado é voluntário, com raras exceções para trabalhos especializados, como podas em árvores de grande porte, atividades com maquinário específico, atividades de construção de estruturas entre outras. Na medida do possível, são feitas parcerias ou engajados voluntários específicos para auxiliar no que é necessário. As hortas não dispõem de financiamento e os gastos são realizados pelos próprios voluntários conforme as necessidades.

Por meio da observação participante, e em conversas informais com os principais grupos de voluntários da Horta das Corujas, Horta do CCSP (Centro Cultural São Paulo), Horta das Flores, Horta da Saúde, Horta da Lapa, Horta do Ciclista e Horta da FMUSP (Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo), podemos perceber três diferentes níveis de engajamento de voluntários e estimar o número de participantes em cada horta. O primeiro, o núcleo, é formado por aproximadamente 10 participantes, que organizam as atividades e cuidam mais intensamente da horta, coordenando e produzindo as ações, fazendo a gestão efetiva do grupo, resolvendo problemas, realizando decisões estratégicas e políticas, comprando ferramentas e insumos, e realizando a manutenção diária da horta. O segundo, o grupo dos participantes, é dinâmico e abrange aproximadamente 40 pessoas, que freqüentemente participam dos dias de mutirão e se engajam com ações pontuais promovidas, podendo se envolver com maior intensidade de acordo com o tipo de atividade e com a demanda de tempo requerida. A terceira, a rede de apoio, é o grupo mais dinâmico, envolvendo cerca de 100 ou mais pessoas que apóiam a horta e participam ocasionalmente. Muitas dessas pessoas da rede de apoio participam de mais de uma horta, e alguns voluntários do núcleo ou do grupo participante de uma horta participam da rede de apoio de outra.

O cultivo de hortaliças, frutas e ervas medicinais visa o autoconsumo, havendo raros ou nenhum episódio de comercialização da produção. Além disso, qualquer pessoa tem o direito de colher e comer a produção, uma vez que a horta está localizada em espaços públicos, abertos ou institucionais, e isto se estabelece como uma certa ética entre os participantes. O grupo de voluntários entende que toda a comunidade de entorno da horta tem o direito de se beneficiar dela, podendo participar gratuitamente das atividades e plantar e colher livremente. A quantidade de alimentos produzidos não é grande o suficiente para alimentar integralmente todos os participantes, devido ao pequeno tamanho das hortas, aos desafios da auto organização, e à falta de apoio técnico para melhorar a produção, servindo mais como complemento da alimentação e atividade pedagógica, experimental e recreativa. Todo o cultivo é realizado de forma agroecológica, valendo-se de técnicas de produção que não utilizam venenos, agrotóxicos e fertilizantes químicos e que se baseiam nos conhecimentos tradicionais de produção. A horta se estrutura como um espaço aberto para troca desses conhecimentos entre os participantes das atividades, que compartilham saberes que ajudam a estruturar os plantios e consolidar novas formas de produção.

Tais características não se aplicam igualmente para a totalidade das hortas comunitárias de São Paulo, pois, como já dito, elas diferem de acordo com as condições econômicas, sociais e culturais em que estão inseridas.

Mesmo assim, os sujeitos atuantes nas diversas hortas, principalmente essas mais centrais, se caracterizam por se articularem com as inúmeras outras iniciativas de agricultura urbana e de ativismos de ocupação de espaços públicos existentes na cidade, realizando conexões, projetos e trocas entre essas práticas. Como escreve Machini (2018), esses sujeitos são multimilitantes, atuando em diversas iniciativas diferentes. Essa conexão entre os diferentes grupos de agricultores tem possibilitado a consolidação própria de um movimento de agricultura urbana na cidade, no sentido de construção coletiva de um objetivo comum com foco na promoção da segurança e soberania alimentar e nutricional, em alterações paradigmáticas no sistema alimentar da metrópole, baseadas na agroecologia e nos circuitos curtos de comercialização, e na promoção da sustentabilidade urbana com foco na regeneração e conservação dos ecossistemas urbanos. Por meio de suas práticas nos territórios, os sujeitos têm buscado assumir a cidadania ativa na busca do direito humano à alimentação adequada e no fortalecimento da democracia a nível local.

3 Mutirão e práticas instituintes: potência de agir e construção do comum

Pouco se discute o quanto a agricultura urbana e periurbana, por meio dos encontros, do trabalho comunitário e dos afetos, e da construção de laços de confiança, potencializa os cidadãos para uma gestão compartilhada, instituinte e participativa dos espaços produtivos. As pesquisas realizadas nas dimensões políticas e das políticas públicas da agricultura urbana e periurbana tendem a ser prescritivas no que concerne a como deveria se dar a ação governamental para apoio às iniciativas (GORE, 2008), mas pouco examinam o que de fato tem sido realizado *in loco*, quais instituições políticas emanam dessa prática comum, e como as ações da sociedade civil têm se relacionado com as dinâmicas governamentais.

Na experiência de São Paulo aqui examinada, as hortas comunitárias têm se apresentado como locais de envolvimento de cidadãos em prol da gestão participativa dos espaços públicos, do compartilhamento e troca de informações e experiências sobre o cultivo de alimentos e do engajamento cívico e ativista frente aos problemas urbanos, principalmente no que se refere às questões de confiança e identidade comunitária, aspectos estes característico da modernidade líquida descrita por Bauman (2003, 2009). As hortas modificam a relação dos usuários com o espaço e entre si, criando subjetividades e relações pessoais que potencializam a ação comum e contribuem diretamente na auto-realização do indivíduo, na construção de sua autonomia e no desenvolvimento de sua individualidade. Alinhados à construção do comum, os sujeitos se coletivizam em multidão, afetando e sendo afetados da alegria do encontro, em contraposição direta à individualidade promovida enquanto mercado consumidor egocêntrico típico do modelo capitalista líquido.

A produção de alimento por meio da ajuda mútua em um trabalho coletivo unificado não só atende parcialmente às necessidades básicas dos sujeitos, mas os instiga à produção de uma cidade em que se quer viver a partir da sua liberdade e do seu desejo de se autogovernar autonomamente. A mudança prática de transformação, pelos indivíduos, do espaço ocioso e abandonado pelo poder público, em hortas vibrantes e alimentadas por suas comunidades com um objetivo comum potencializa a consolidação de um sujeito coletivo a partir da experiência prática de gestão do território. Esse incremento de potência no agir dos sujeitos, antes imersos em suas dinâmicas de trabalho e de reprodução de sua vida sem envolver-se com uma dinâmica coletiva de produção da cidade, coloca em movimento um circuito de afetos potentes que os abre para novas formas de agir e de pensar. Não parecem ser poucos os sujeitos que transformaram suas vidas a partir da vivência nas hortas comunitárias, tanto em busca de trabalhos relacionados à prática de agricultura urbana quanto ampliando seu entendimento do que é a cidade, do que é política e da importância da atuação da sociedade civil para a garantia de políticas públicas inclusivas e permanentes.

Reconhece-se, aqui, que a política emerge dos afetos entre os corpos, que ampliam suas potências de realização e de perseverança do ser a partir do encontro, na busca pelo autogoverno ativo de suas vidas e constituindo-se a partir da experiência prática no mundo, conforme nos apresenta o filósofo Espinosa e seus intérpretes (NEGRI, 2016; CHAUI, 1995, 2011; SPINOZA, 2015 [1677]). É por meio dos afetos de alegria, da ação prática afirmativa e potente, e dos bons encontros que, aos poucos, se forma uma rede de confiança, apoio e solidariedade entre os voluntários da horta, que potencializa os sujeitos para uma ação mais ampla sobre os espaços de decisão política. É o incessante e dinâmico processo de constituição da multidão, da ampliação da potência de agir do sujeito coletivo em formação que deseja ativamente, e que resiste contra as forças contrárias que o tentam destruir. Esta união de singularidades que ocorre nas hortas comunitárias fortalece os laços de confiança baseados no amor e na criação de consensos, de forma que a ação no território fortalece sua conexão com a realidade e o aprendizado social do que significa, de fato, produzir a cidade. A utopia de um lugar melhor para se viver passa a ser uma construção prática, cotidiana e política. É nos afetos alegres e ativos que observamos a ampliação do fazer política, do reconhecer a existência de inúmeras singularidades que produzem um comum por meio da atuação coletiva auto-organizada que institui em suas práticas novas subjetividades e novos modos de se viver. Daí o fato de cada horta ser única, possuir um caminho próprio de desenvolvimento e de instituição de formas de fazer, que são, ao mesmo tempo, compartilhadas e diversas entre si.

É construindo na prática uma cidade melhor que o sujeito sofre um afeto decisivo, um salto qualitativo, que é vivenciado como o mais forte dos desejos e a mais forte das alegrias, em que o sujeito se descobre como causa de seus próprios desejos no próprio ato de desejar, assumindo de fato o controle de sua vida (CHAUÍ, 1995). Esse afeto ampliado possibilita um entendimento da realidade e uma ampliação da sua capacidade de pensar e da potência de sua atuação no mundo. A partir daí, há um outro reconhecimento que provoca uma ruptura no ser, que passa do medo do outro ao desejo de não prejudicá-lo, na esperança dos benefícios que a ajuda mútua pode oferecer para a garantia da liberdade de todos (CHAUÍ, 2011). O reconhecimento da conveniência entre as pessoas para o exercício de suas potências singulares leva à constituição de uma multidão, na medida em que esta permite a cada indivíduo singular levar à coletividade os próprios valores de liberdade para o desenvolvimento de si (NEGRI, 2016). É nessa contínua abundância e transbordamento do ser na expansão de sua potência que ocorre o enlace do indivíduo e da totalidade, da singularidade e do absoluto, do movimento do desejo à instituição política. O processo institucional nasce de dentro da luta social, como uma mediação necessária da potência da multidão em sua afirmação: a construção do comum.

O mutirão, momento e espaço de encontro e de articulação política entre os participantes da horta, baseia-se na ajuda mútua e possibilita a construção social de novos arranjos de produção e consumo, a partir da constituição da multidão. Esse processo de constituição da multidão, enquanto um conceito aberto e em permanente movimento, se forma de dois modos: ocorre a partir da relação entre as singularidades (*ser multidão*), e da prática material e coletiva dirigida pela paixão comum (*fazer multidão*), da qual emana o poder instituinte (NEGRI, 2016). Os encontros ocorridos nos mutirões colocam as singularidades em relação e movimento, a partir da prática comum orientada pelo desejo de uma cidade melhor, constituindo a multidão, em um processo aberto e contínuo nos sucessivos encontros entre os voluntários de determinada horta, entre voluntários de diversas hortas, e entre voluntários e agricultores urbanos diversos. Forma-se, assim, um corpo político coletivo com objetivo comum de promoção da prática agrícola na cidade, como forma de modificar as relações de produção e consumo existentes.

Além disso, trabalhar em mutirão cria espaços informais de decisão sobre a gestão geral das hortas, tanto referente à manutenção da produção alimentar em si, quanto à construção de um espaço que seja usufruído por toda a comunidade. É por meio das decisões realizadas conjuntamente, ao longo do "trabalhar junto", que se gera uma co-responsabilização pelo espaço de todos, onde não há uma noção de propriedade e, sim, de valor de seu uso pelo coletivo ampliado de sujeitos que moram ou atuam no território. O coletivo que atua diretamente na horta passa a constituir uma esfera de autogoverno que constantemente se confronta com os poderes locais, seja o poder público ou iniciativas privadas, construindo o comum a partir da prática social. Para além de um espaço de assembleia ou reunião deliberativa, é o mutirão, na sua característica de um bom encontro, que potencializa os sujeitos a expandir sua esfera de atuação para além da horta por meio de afetos alegres e da experiência prática, que institui o autogoverno a partir da ajuda mútua e da decisão horizontal.

4 Conclusão: agricultura urbana e construção da cidadania

A história da agricultura urbana em São Paulo é marcada pela resistência frente ao avanço da urbanização sobre os espaços de produção agrícola na formação da metrópole moderna. Pequenas roças, imbuídas de significado social e formadoras da identidade dos sujeitos, foram, aos poucos, sendo substituídas por conjuntos habitacionais, grandes avenidas ou apenas abandonadas à própria sorte, para dar espaço ao desenvolvimento de uma cidade mais moderna. Mesmo assim, diversos grupos perpetuaram essa prática nos territórios não apenas como meio para garantir sua sobrevivência, mas para possibilitar seu acesso ao território e seu direito à produção da cidade.

O desenvolvimento de hortas comunitárias ao longo dos últimos 10 anos possibilitou o surgimento de novas práticas de gestão territorial e o reconhecimento da agricultura urbana existente no município, invisibilizada com o crescimento urbano. Além de servir como um espaço de aproximação entre consumidores e produtores agrícolas do município, as hortas possibilitaram o desenvolvimento de práticas de apoio mútuo que estimulam a constituição de comunidades vibrantes e engajadas na ocupação dos espaços públicos da cidade. De modo geral, para além da garantia do direito humano à alimentação adequada, as hortas também possibilitam o desenvolvimento da soberania alimentar das comunidades, construindo espaços democráticos para a definição de sistemas alimentares mais justos e solidários a partir do território.

Nesse sentido, dialoga-se diretamente com a temática proposta pela revista acerca da participação social e política advinda diretamente de intervenções urbanas promovidas por meio da colaboração. O mutirão é uma ferramenta política onde a gestão territorial é discutida a partir do exercício prático de produção de alimentos por meio da ajuda mútua. É nos bons encontros físicos, com um objetivo comum de melhoria de um espaço público ou de produção comunitária de alimentos, que os sujeitos se potencializam para uma atuação política mais ampla, instituinte e democrática. A transformação constitutiva dos sujeitos por meio de sua prática possibilita o fazer multidão, a construção do comum que confronta diretamente os poderes instituídos, e abre possibilidades para a gestão realmente democrática da cidade.

Agradecimentos

O autor deste trabalho agradece a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e a Universidade de São Paulo (USP), pelo apoio e financiamento recebido referente ao processo 2017/14301-3 (FAPESP).

Referências

BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CHAUÍ, M. **Desejo, paixão e ação na ética de Espinosa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CHAUÍ, M. **Espinosa: uma filosofia de liberdade**. São Paulo: Moderna, 1995. (Coleção Logos)

GORE, C. Healthy urban food production and local government. In: COLE, D.; LEE-SMITH, D.; NASINYAMA, G. (Eds.), **Healthy city harvests: generating evidence to guide policy on urban agriculture**. Lima: CIP/Urban Harvest and Makerere University Press, 2008. p. 49–65.

LEMONS, A. I. G.; FRANÇA, M. C. **Itaquera**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1999. (Coleção História dos Bairros de São Paulo, n. 24)

MACHINI, M. **Nas fissuras do concreto: política e movimento nas hortas comunitárias da cidade de São Paulo**. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MONTANARI, M. **Comida como cultura**. São Paulo: Senac São Paulo, 2008.

MORSE, R. **De comunidade a metrópole: biografia de São Paulo**. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1954.

NAGIB, G. **Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

NEGRI, A. **Espinosa subversivo e outros escritos**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

NEMOTO, E. H.; BIAZOTI, A. R. Urban agriculture: How bottom-up initiatives are impacting space and policies in São Paulo. **Future of Food: Journal on Food, Agriculture and Society**, Witzenhausem, v. 5, n. 3, p. 21-34, 2017.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. 1a ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

ROLNIK, R. São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política. In: KOWARICK, L. (Org.). **Lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. 2a ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 3a ed. São Paulo: Contexto, 2017.

SPINOZA, B. **Ética / Espinosa**. Trad. Grupo de Estudos Espinosanos. Coord. Marilena Chauí. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. 1a ed. 1677.